

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS**

2T2024

CEMIG

SUMÁRIO

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	1
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	16
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	18
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	18
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	19
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	22
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	23
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	25
10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	25
11. ATIVOS DE CONTRATO.....	27
12. INTANGÍVEL.....	28
13. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS.....	29
14. ARRENDAMENTOS.....	29
15. FORNECEDORES.....	30
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	31
17. DEBÊNTURES.....	32
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	35
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	35
20. PROVISÕES.....	36
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA.....	37
22. RECEITA LÍQUIDA.....	38
23. CUSTOS E DESPESAS.....	41
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	45
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	46
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	51
27. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI.....	56
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR.....	58
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA.....	60
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	61

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações deste relatório de desempenho não foram revisadas pelos auditores independentes)

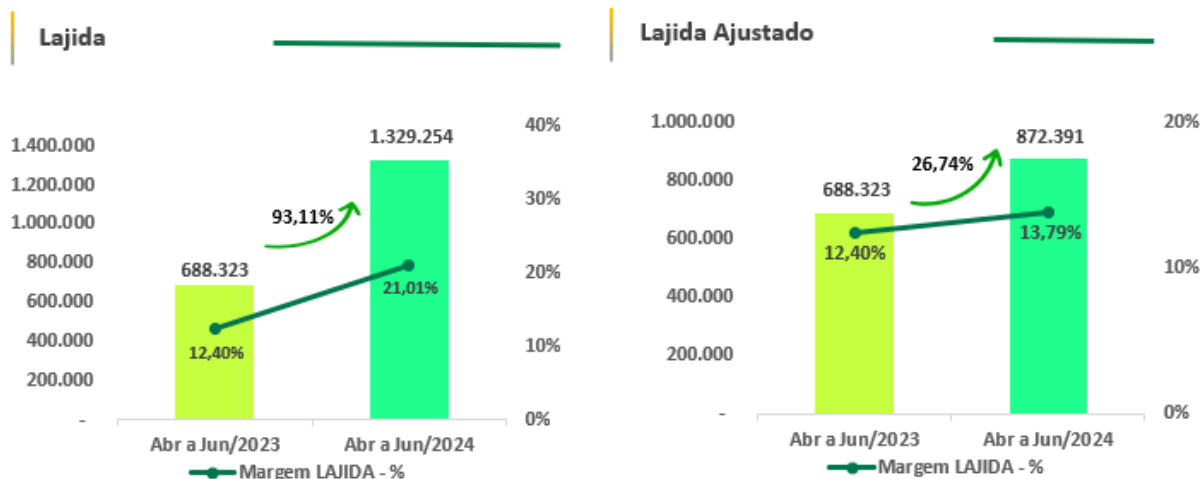
Resultado do trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2024, lucro líquido de R\$1.060.436 em comparação a R\$365.439 no mesmo período em 2023. As principais variações na comparação dos resultados de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Var %
Lucro líquido do período		1.060.436	365.439	190,18
Despesa com imposto de renda e contribuição social	8c	350.163	137.575	154,53
Resultado financeiro líquido	24	(305.458)	(11.565)	2.541,23
Amortização	23c	224.113	196.874	13,84
= Lajida (1)		1.329.254	688.323	93,11
Programa de desligamento voluntário programado		56.468	-	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR		(513.331)	-	-
= Lajida ajustado (2)		872.391	688.323	26,74

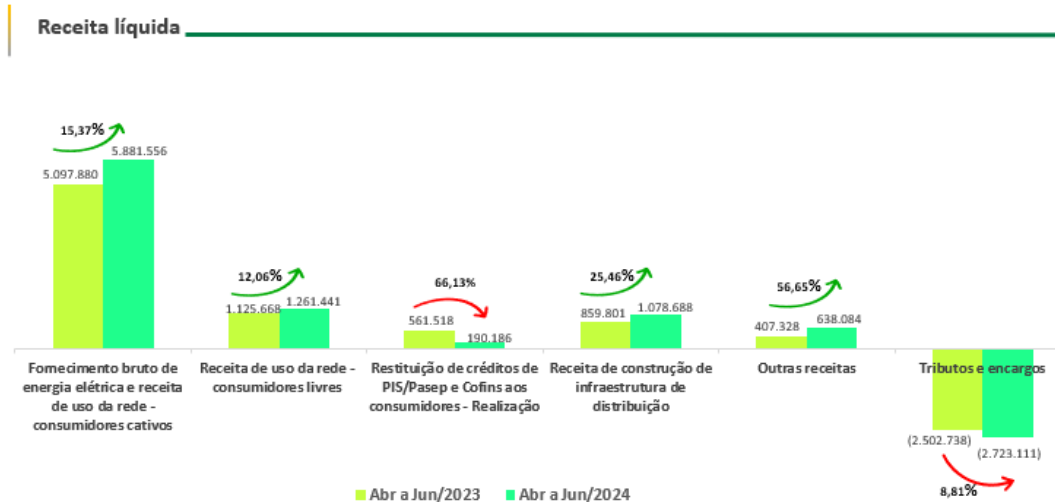
- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022, excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, uma vez que são extraordinários.



Receita líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	5.881.556	5.097.880
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	190.186	561.518
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.261.441	1.125.668
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	(56.556)	(164.650)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.078.688	859.801
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	22.258	46.731
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(37.084)	(32.910)
Outras receitas operacionais	709.466	558.157
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.723.111)	(2.502.738)
	6.326.844	5.549.457



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.881.556 no segundo trimestre de 2024, em comparação a R\$5.097.880 no mesmo período de 2023, representando um aumento de 15,37%.

	Abr a Jun/2024			Abr a Jun/2023			Variações (%)	
	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh(1)	R\$
Residencial	3.150.675	3.066.721	973,35	2.944.206	2.531.658	859,88	7,01	21,13
Industrial	278.451	281.218	1.009,94	340.970	291.568	855,11	(18,34)	(3,55)
Comércio, serviços e outros	1.037.239	1.282.551	1.236,50	1.101.140	1.255.870	1.140,52	(5,80)	2,12
Rural	752.773	593.953	789,02	796.071	536.103	673,44	(5,44)	10,79
Poder público	260.126	232.056	892,09	239.549	186.873	780,10	8,59	24,18
Iluminação pública	243.995	131.933	540,72	267.837	126.351	471,75	(8,90)	4,42
Serviço público	192.990	174.633	904,88	252.158	167.976	666,15	(23,46)	3,96
Subtotal	5.916.249	5.763.065	974,11	5.941.931	5.096.399	857,70	(0,43)	13,08
Consumo próprio	7.710	-	-	7.370	-	-	4,61	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	26.347	-	-	36.249	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	92.144	-	-	(34.768)	-	-	-
Total	5.923.959	5.881.556	-	5.949.301	5.097.880	-	(0,43)	15,37

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

O consumo residencial aumentou 7,0% no segundo trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período em 2023. Este aumento está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores:

- I) aumento de 3,3% na quantidade de consumidores;
- II) aumento de 3,6% no consumo médio mensal por consumidor (passando de 128,8 kWh/mês no segundo trimestre de 2023 para 133,4 kWh/mês no segundo trimestre de 2024);
- III) temperaturas mais elevadas;
- IV) Melhora no cenário econômico: a melhora nos indicadores econômicos tem contribuído para o aumento do consumo das famílias e conseqüentemente para o aumento do consumo de energia.

Rural

Influenciado pela redução na quantidade de unidades consumidoras, o consumo da classe rural reduziu 5,4% no segundo trimestre de 2024 comparativamente ao mesmo período de 2023.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2024, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.261.441, comparada a R\$1.125.668 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 12,06%.

Esta variação decorre, principalmente, de um aumento de 24% no uso da rede pelos clientes livres da classe de comércio e serviços.

	MWh(1)		
	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Var %
Industrial	5.492.623	5.272.256	4,18
Comercial	585.048	464.652	25,91
Rural	14.789	9.251	59,86
Serviço Público	133.567	105.977	26,03
Poder Público	1.096	656	67,07
Concessionárias	74.376	78.183	(4,87)
Total de energia transportada	6.301.499	5.930.975	6,25

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No segundo trimestre de 2024, foi reconhecida uma redução na receita no montante de R\$56.556, em comparação a uma redução de receita de R\$164.650 no mesmo período em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com encargos de uso da Rede Básica e com energia comprada para revenda.

Ver mais informações na nota explicativa nº 10b destas informações contábeis intermediárias.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$190.186 no segundo trimestre de 2024, em comparação ao montante de R\$561.518 no mesmo período em 2023. Essa recomposição da receita decorre da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 16 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.078.688 no segundo trimestre de 2024, comparadas a R\$859.801 no mesmo período em 2023, demonstrando um aumento de 25,46%. Tal aumento deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição, e conseqüentemente elevou as receitas de construção em relação ao período passado.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.723.111 no segundo trimestre de 2024 em comparação a R\$2.502.738 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 8,81%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R\$5.221.703 no segundo trimestre de 2024, comparados a R\$5.058.008 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 3,24%.

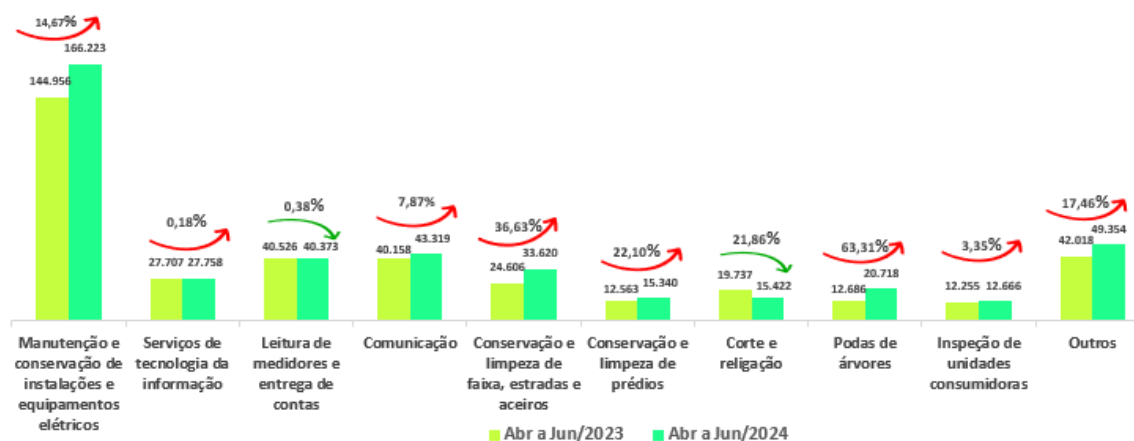
As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 23 informações contábeis intermediárias.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do segundo trimestre de 2024 foi uma despesa no montante de R\$64.219, em comparação a uma despesa de R\$106.017 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos participantes do Plano de Saúde Integrado (PSI), devido à adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, o Plano Premium, ofertado pela Companhia.

Serviços de terceiros

Serviços de terceiros



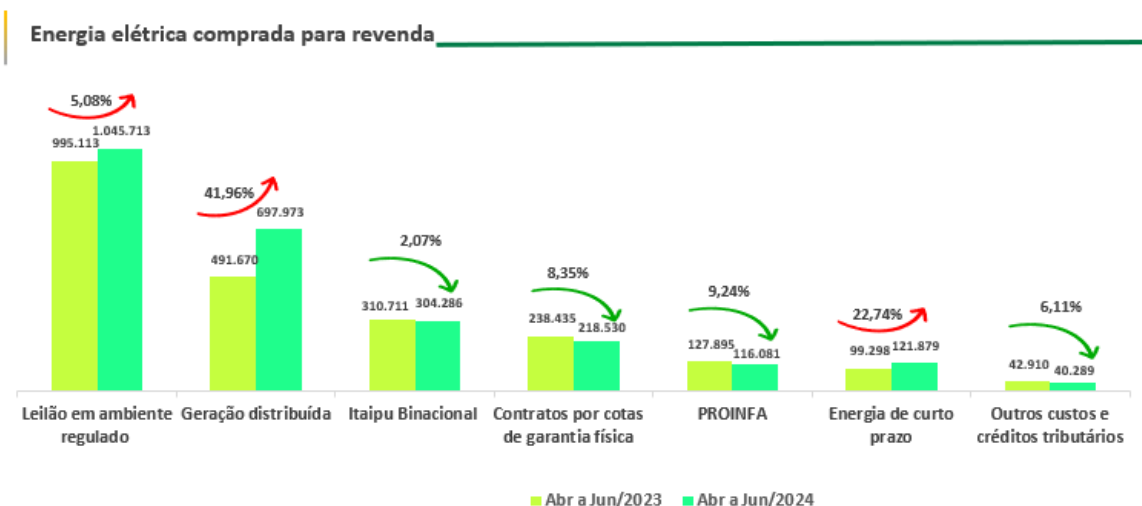
A despesa com serviços de terceiros foi de R\$424.793 no segundo trimestre de 2024, comparada ao montante de R\$377.212 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 12,61%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 14,67% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$166.223 no segundo trimestre de 2024, comparada

a R\$144.956 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no valor do serviço contratado, somado ao aumento na quantidade de atendimentos emergenciais realizados;

- aumento de 36,63% na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$33.620 no segundo trimestre de 2024, comparada a R\$24.606 no mesmo período em 2023, e aumento de 63,31% na despesa com podas de árvores sendo R\$20.718 no segundo trimestre de 2024 comparado a R\$12.686 no mesmo período em 2023. Ambas as variações decorrem principalmente de uma maior realização de serviços em 2024 e está sendo feita uma antecipação da execução, visando impactar positivamente no cumprimento do DEC;
- redução de 21,86% na despesa com corte e religação sendo de R\$15.422 no segundo trimestre de 2024 comparado a R\$19.737 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre principalmente da ampliação da instalação de medidores inteligentes (AMI), possibilitando a atuação em corte remoto (sem eletricitas).

Energia elétrica comprada para revenda



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.544.751 no segundo trimestre de 2024, comparado a R\$2.306.032 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 10,35%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 5,08% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$1.045.713 no segundo trimestre de 2024 comparado a R\$995.113 no mesmo período em 2023. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 41,96% no custo com geração distribuída, sendo de R\$697.973 no segundo trimestre de 2024 comparado a R\$491.670 no mesmo período em 2023. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (273.174 no segundo trimestre de 2024, comparada a 230.686 no mesmo período em 2023) e do aumento na

quantidade de energia injetada (1.487 GWh no segundo trimestre de 2024, comparado a 1.119 GWh no mesmo período em 2023);

- redução de 9,24% no custo com PROINFA, sendo de R\$116.081 no segundo trimestre de 2024 em comparação a R\$127.895 no mesmo período em 2023. Essa redução se deve principalmente à redução na tarifa unitária do PROINFA que passou de 486,88 R\$/MWh para 447,77 R\$/MWh;
- redução de 8,35% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$218.530 no segundo trimestre de 2024 em comparação a R\$238.435 no mesmo período em 2023. Essa redução decorre principalmente da sazonalidade de alocação de energia conforme determinação do regulador ANEEL, além da redução dos contratos de cotas devido ao processo de privatização da Eletrobras;
- Aumento de 22,74% no custo com energia de curto prazo, sendo de R\$121.879 no segundo trimestre de 2024 comparativamente a R\$99.298 no mesmo período em 2023. Esse aumento decorre principalmente de redução de 37% na sobra de energia liquidada;

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 23a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$849.924 no segundo trimestre de 2024, comparado a R\$732.617 no mesmo período em 2023, representando um aumento de 16,01%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva, além dos despachos térmicos por razão elétrica e a menor geração eólica.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 10b.

Provisões

As provisões foram uma reversão de provisão de R\$378.906 no segundo trimestre de 2024, comparadas a uma constituição de R\$105.749 no mesmo período em 2023. As principais variações que explicam essa variação são:

- aumento de 137,78% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$36.808 no segundo trimestre de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$15.480 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do andamento processual de ações coletivas trabalhistas, que realizaram a revisão do cálculo pericial, após a definição de lista de substituídos;
- redução de 55,50% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$11.832 no segundo trimestre de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$26.586 no mesmo período de 2023. Essa variação decorre, principalmente, decisões favoráveis à Companhia em processos relacionados à responsabilidade civil;
- Variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou uma reversão de provisão de R\$512.774 no segundo trimestre de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$24.827 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR);
- variação nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição líquida de R\$72.477 no segundo trimestre de 2024 em comparação à constituição líquida de R\$21.334 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes. Essa alteração foi sentida ao longo de 12 meses impactando o segundo trimestre de 2023.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no segundo trimestre de 2024 foi uma receita financeira de R\$305.458, comparada a uma receita financeira de R\$11.565 no mesmo período em 2023. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, tendo sido uma despesa financeira de R\$2.721 no segundo trimestre de 2024, comparada a uma receita financeira de R\$ 65.468 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, basicamente, da alteração no critério utilizado pela Aneel para atualização monetária de componente financeiro homologado no processo tarifário de 2023;
- aumento de 46,59% na receita financeira com renda de aplicação financeira, sendo R\$30.456 no segundo trimestre de 2024, comparadas a R\$20.776 no

mesmo período em 2023. Essa Variação justifica-se, principalmente devido a um maior caixa disponível para aplicação em 2024 (1.150 milhões) e (680 milhões) comparativamente em 2023;

- variação na atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo uma receita financeira de R\$434.116 no segundo trimestre de 2024, comparada a uma despesa financeira de R\$32.445 no mesmo período de 2023. Essa variação decorre da diferença entre a atualização estimada pela Companhia para o passivo em relação aos critérios efetivamente utilizados pela Aneel, que foram conhecidos de forma conclusiva no término da devolução dos valores no último reajuste tarifário, em 28 de maio de 2024. O critério adotado pela Aneel para atualização do passivo considerou procedimento semelhante ao adotado para atualização dos “Demais componentes financeiros. Mais detalhes na nota explicativa nº16;
- aumento de 66,05% a despesa de encargos de empréstimos e debêntures, sendo R\$129.539 no segundo trimestre de 2024 comparativo a R\$78.011 no mesmo período de 2023. Esse aumento decorre principalmente da 10ª emissão de debêntures ocorrida em março de 2024;
- variação no resultado líquido com variação monetária de debêntures, tendo sido uma despesa financeira de R\$49.310 no segundo trimestre de 2024, comparada a uma despesa financeira de R\$19.590 no mesmo período em 2023. Essa variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação 1,05% de abril a junho de 2024, comparada à variação de 0,76% no mesmo período de 2023. Além do impacto da contratação da 10ª emissão de debêntures.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2024, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$350.163 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$1.410.599. No segundo trimestre de 2023, a Companhia apurou uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$137.575 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$503.014.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d destas informações contábeis intermediárias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	610.450	447.967
Títulos e valores mobiliários	5	102.944	2.781
Consumidores e revendedores	6	3.445.904	3.545.064
Concessionários - transporte de energia	6	463.324	374.362
Tributos compensáveis	7	461.810	550.472
Contribuição de iluminação pública		257.049	260.730
Ativos setoriais da concessão	10b	484.822	493.934
Outros ativos		557.260	510.773
Total do circulante		6.383.563	6.186.083
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	5.914	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	1.565.985	1.884.164
Tributos compensáveis	7	723.329	698.446
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	179.676	113.122
Depósitos vinculados a litígios	9	668.712	662.233
Concessionários - transporte de energia	6	37.802	38.817
Outros ativos		38.327	16.648
Ativos setoriais da concessão	10b	372.985	311.637
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	10a	2.174.203	1.881.509
Ativos de contrato	11	4.057.534	3.430.870
Intangíveis	12	12.732.995	12.099.390
Arrendamentos - direito de uso	14	257.803	259.647
Total do não circulante		22.815.265	21.396.483
Ativo total		29.198.828	27.582.566

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Debêntures	17	2.385.439	639.713
Fornecedores	15	1.946.809	2.024.449
Impostos, taxas e contribuições	16	272.997	268.455
Imposto de renda e contribuição social	8b	69.808	80.888
Salários e encargos sociais		228.943	153.285
Encargos regulatórios	18	279.469	373.039
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		50.411	95.134
Obrigações pós-emprego	19	159.970	231.390
Contribuição de iluminação pública		410.341	424.713
Contas a pagar relacionado à energia gerada por consumidores		967.329	704.653
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.781.628	1.499.524
Valores a restituir a consumidores	16	340.800	853.652
Arrendamentos - obrigações	14	54.232	56.294
Outros passivos		327.223	354.578
Total do circulante		9.275.399	7.759.767
Não circulante			
Debêntures	17	4.995.632	5.247.909
Provisões	20	1.023.307	1.480.183
Obrigações pós-emprego	19	3.426.137	3.379.693
Encargos regulatórios	18	167.295	81.147
Valores a restituir a consumidores	16	123.880	501.159
Arrendamentos - obrigações	14	233.805	230.235
Outros passivos		19.261	19.248
Total do não circulante		9.989.317	10.939.574
Total do passivo		19.264.716	18.699.341
Patrimônio líquido	21		
Capital social		6.284.312	6.284.312
Reservas de lucros		3.976.565	3.976.565
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.377.652)	(1.377.652)
Lucros acumulados		1.050.887	-
Total do patrimônio líquido		9.934.112	8.883.225
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.198.828	27.582.566

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Receita líquida	22	12.297.077	10.926.394
Custos			
Custo com energia elétrica	23a	(6.669.411)	(6.091.925)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	23b	(1.937.664)	(1.517.409)
Custos de operação	23c	(1.281.665)	(1.588.138)
		(9.888.740)	(9.197.472)
Lucro bruto		2.408.337	1.728.922
Despesas	23c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(145.455)	(29.415)
Despesas gerais e administrativas		(259.789)	(244.162)
Outras despesas, líquidas		(367.661)	(383.048)
		(772.905)	(656.625)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.635.432	1.072.297
Receitas financeiras	24	667.609	313.765
Despesas financeiras	24	(470.931)	(394.548)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.832.110	991.514
Imposto de renda e contribuição social correntes	8d	(131.157)	(150.506)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(318.179)	(106.039)
Lucro líquido do período		1.382.774	734.969
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,59	0,31

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Receita líquida	22	6.326.844	5.549.457
Custos			
Custo com energia elétrica	23a	(3.394.675)	(3.038.649)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	23b	(1.078.688)	(859.801)
Custos de operação	23c	(374.537)	(782.541)
		(4.847.900)	(4.680.991)
Lucro bruto		1.478.944	868.466
Despesas	23c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(72.477)	(21.334)
Despesas gerais e administrativas		(145.806)	(127.174)
Outras despesas, líquidas		(155.520)	(228.509)
		(373.803)	(377.017)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.105.141	491.449
Receitas financeiras	24	566.796	189.527
Despesas financeiras	24	(261.338)	(177.962)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.410.599	503.014
Imposto de renda e contribuição social correntes	8d	(56.088)	2.843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(294.075)	(140.418)
Lucro líquido do período		1.060.436	365.439
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,45	0,15

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Lucro líquido do período	1.382.774	734.969
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 19)	-	43.737
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 8c)	-	(14.871)
	-	28.866
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	1.382.774	763.835

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Lucro líquido do período	1.060.436	365.439
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	1.060.436	365.439

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	498.528	91.269	2.681.185	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	734.969	734.969
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	28.866	-	28.866
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	28.866	734.969	763.835
Aumento de capital	462.314	(194.000)	-	-	-	-	-	268.314
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	-	-	644.000
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,0657 por ação)	-	-	-	-	-	-	(320.401)	(320.401)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	5.834.312	450.000	498.528	91.269	2.681.185	(1.508.854)	414.568	8.461.008
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	-	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	-	8.883.225
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	1.382.774	1.382.774
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	1.382.774	1.382.774
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,1407 por ação)	-	-	-	-	-	-	(331.887)	(331.887)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	6.284.312	-	577.554	122.202	3.276.809	(1.377.652)	1.050.887	9.934.112

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		1.382.774	734.969
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	19	162.562	189.738
Amortização	12b e 14a	440.312	391.114
Perdas de créditos esperadas	23c	166.048	29.415
Provisões	23c	(353.561)	172.296
Ajuste de ativos em curso	12	-	(15.584)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	10a e 12b	17.597	37.623
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	22	(512.852)	(1.257.507)
Juros e variações monetárias		336.170	177.777
Reversão de valores a restituir a consumidores	16	(380.883)	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	10a	(53.209)	(77.575)
Amortização do custo de transação de empréstimos	17	6.168	2.008
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	(19.118)	143.809
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	449.336	256.545
		1.641.344	784.628
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(134.242)	(328.354)
Tributos compensáveis	7	42.851	(77.534)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(59.173)	(18.397)
Depósitos vinculados a litígios		14.444	19.041
Contribuição de iluminação pública		3.681	(25.297)
Outros		(83.756)	(133.721)
		(216.195)	(564.262)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(88.546)	(245.417)
Impostos, taxas e contribuições		(19.820)	534.962
Salários e encargos sociais		75.658	(13.642)
Contribuição de iluminação pública		(14.372)	59.619
Encargos regulatórios		(7.422)	18.406
Contribuições pagas de pós-emprego	19	(187.538)	(179.837)
Provisões pagas	20	(103.315)	(69.911)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		(44.723)	(4.465)
Crédito de energia injetada		185.657	55.286
Outros		(27.342)	70.545
		(231.763)	225.546
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.193.386	445.912
Juros de empréstimos e debêntures pagos	17	(252.711)	(180.280)
Juros de arrendamento pagos	14	(641)	(26.456)
Juros recebidos		35.759	40.202
Imposto de renda e contribuição social pagos		(149.618)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		826.175	279.378
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5	(1.915.720)	(3.683.335)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	5	1.811.597	3.287.376
Em intangível	12	(106.771)	(55.182)
Em ativos de contrato	11	(1.795.633)	(1.437.260)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.006.527)	(1.888.401)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de debêntures líquidas	17	1.946.302	1.988.311
Pagamento de arrendamento	14	(27.551)	(601)
Pagamento de empréstimos e debêntures	17	(575.916)	(564.339)
Aporte para aumento de capital		-	644.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.342.835	2.067.371
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	447.967	440.700
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	610.450	899.048

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	15.766.589	13.966.989
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.937.664	1.517.409
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	53.209	77.575
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(145.455)	(29.415)
	17.612.007	15.532.558
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(5.287.782)	(4.967.318)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.901.142)	(1.611.107)
Serviços de terceiros	(1.717.996)	(1.353.616)
Materiais	(964.700)	(884.503)
Outros custos	103.940	(341.441)
	(9.767.680)	(9.157.985)
Valor adicionado bruto	7.844.327	6.374.573
Retenções		
Amortização	(440.312)	(391.114)
Valor adicionado líquido	7.404.015	5.983.459
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	683.898	330.066
Valor adicionado a distribuir	8.087.913	6.313.525
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	718.076	666.489
Remuneração direta	410.370	403.221
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	226.369	239.320
FGTS	24.869	23.948
Programa de desligamento voluntário programado	56.468	-
Impostos, taxas e contribuições	5.478.269	4.487.950
Federais	3.246.764	2.858.899
Estaduais	2.227.540	1.625.330
Municipais	3.965	3.721
Remuneração de capitais de terceiros	508.794	424.117
Juros	506.191	419.515
Aluguéis	2.603	4.602
Remuneração de capital próprio	1.382.774	734.969
Juros sobre capital próprio	331.887	320.401
Lucros retidos	1.050.887	414.568
	8.087.913	6.313.525

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$2.892 milhões (negativo de R\$1.574 milhões em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente do alto volume de investimentos realizado pela Companhia em linha com a sua atual política de investimentos. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Cemig D estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o, CPC 21 (R1)/ IAS 34 – Demonstração Intermediária, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2024, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Em relação às alterações do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 03 / IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, do CPC 40 / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: evidenciação e do CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após esta data, não produziram impactos significativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

2.3. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

Durante o processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia identificou oportunidade de melhoria da divulgação de algumas transações específicas.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao primeiro semestre de 2023 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023
Contas bancárias	126.691	183.361
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	467.632	263.957
Aplicações automáticas - Overnight	16.127	649
	483.759	264.606
	610.450	447.967

Os **Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada

que variou de 10,19% a 10,40% a.a. em 30 de junho de 2024 (11,42% a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 25.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários	12.560	136
Letras Financeiras (LF) - Bancos	45.697	878
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	49.919	396
Outros	682	1.371
	108.858	2.781
Ativo circulante	102.944	2.781
Ativo não circulante	5.914	-

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variou de 105,6% a 105,8% em 30 de junho de 2024 (103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme operação.

As **Letras Financeiras - Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 108,5% a 113,8% do CDI em 30 de junho de 2024 (108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 10,51% a 10,60% a.a. em 30 de junho de 2024 (11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 25 destas informações contábeis intermediárias, respectivamente.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2024	31/12/2023
Residencial	877.396	378.263	442.815	250.269	306.154	2.254.897	2.284.696
Industrial	41.591	64.120	20.990	18.877	138.339	283.917	268.200
Comércio, serviços e outras	308.467	187.676	109.896	90.715	235.786	932.540	965.483
Rural	144.085	129.661	57.170	36.811	43.259	410.986	406.461
Poder público	78.145	45.205	6.848	804	8.849	139.851	147.071
Iluminação pública	48.501	707	6.641	87	826	56.762	49.584
Serviço público	34.699	38.803	4.485	4.361	26.661	109.009	138.802
Subtotal - consumidores	1.532.884	844.435	648.845	401.924	759.874	4.187.962	4.260.297
Concessionários - transporte de energia	114.372	338.087	33.886	16.221	38.942	541.508	452.443
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	8.682	-	2.134	10.816	33.759
Provisão para perdas de créditos esperadas	(130.441)	(16.046)	(42.985)	(70.436)	(533.348)	(793.256)	(788.256)
	1.516.815	1.166.476	648.428	347.709	267.602	3.947.030	3.958.243
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.445.904	3.545.064
Concessionários - transporte de energia						463.324	374.362
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						37.802	38.817

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25 destas informações contábeis intermediárias.

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Residencial	313.743	318.772
Industrial	113.807	117.450
Comércio, serviços e outras	236.119	219.451
Rural	40.770	38.304
Poder público	23.008	26.474
Iluminação pública	1.196	1.404
Serviço público	24.230	27.137
Concessionários - transporte de energia	40.383	39.264
	793.256	788.256

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	788.256
Constituições, líquidas (Nota 23c)	145.455
Baixas	(140.455)
Saldo em 30 de junho de 2024	793.256

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
ICMS a recuperar	430.042	424.743
Cofins (a)	26.185	103.373
PIS/Pasep (a)	5.209	21.984
Outros	374	372
	461.810	550.472
Não circulante		
ICMS a recuperar	723.329	666.452
Cofins (a)	-	26.287
PIS/Pasep (a)	-	5.707
	723.329	698.446
	1.185.139	1.248.918

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

No primeiro semestre de 2024, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$24.532 (R\$820.641 no mesmo período de 2023).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda	130.272	66.297
Contribuição social	49.404	46.825
	179.676	113.122
Não circulante	179.676	113.122

A Companhia obteve êxito judicial, com trânsito em julgado, em processo no qual requereu o direito de deduzir do IRPJ as despesas e custos incorridos com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), até o limite de 4% do imposto devido, sem sujeição às limitações estabelecidas pela regulamentação vigente. Ademais, pleiteou o reconhecimento do direito de restituição dos valores recolhidos a maior entre os anos de 2004 e 2008, corrigidos pela Selic. Tendo em vista a decisão em favor da Companhia, foram reconhecidos, em junho de 2024, o montante de R\$53.466 como imposto de renda a recuperar em contrapartida à despesa com imposto de renda e ao resultado financeiro.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda	46.051	54.130
Contribuição social	23.757	26.758
	69.808	80.888

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2023	DRE	Saldo em 30/06/2024
Ativos fiscais diferidos			
Prejuízo fiscal / base negativa	219.698	(79.899)	139.799
Obrigações pós-emprego	1.205.936	137	1.206.073
Perdas de créditos esperadas	311.275	6.713	317.988
Provisão para redução a valor recuperável	19.685	12	19.697
Provisões	521.614	(193.778)	327.836
Taxa de administração	4.125	(188)	3.937
Participação de colaboradores e administradores no resultado	32.346	(15.206)	17.140
Direito de uso	97.420	513	97.933
Outros	4.357	(38)	4.319
	2.416.456	(281.734)	2.134.722
Passivos fiscais diferidos			
Amortização acelerada	(97)	4	(93)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(254.145)	(13.601)	(267.746)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(7.315)	(189.307)
Custo de captação	(7.549)	(16.160)	(23.709)
Passivo de arrendamento	(88.280)	627	(87.653)
Outros	(229)	-	(229)
	(532.292)	(36.445)	(568.737)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.884.164	(318.179)	1.565.985

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.832.110	991.514
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(622.917)	(337.115)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	112.842	108.937
Incentivos fiscais	35.994	12.350
Contribuições e doações indedutíveis	(3.553)	(1.710)
Ajustes de ECF de períodos anteriores	(1.557)	-
Multas indedutíveis	(5.102)	(55.480)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	12.337	13.199
Programa de Alimentação do Trabalhador	20.824	-
Outros	1.796	3.274
	(449.336)	(256.545)
Alíquota efetiva	24,53%	25,87%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(131.157)	(150.506)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(318.179)	(106.039)

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.410.599	503.014
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(479.603)	(171.025)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	57.895	56.228
Incentivos fiscais	22.703	397
Contribuições e doações indedutíveis	(2.207)	279
Multas indedutíveis	18.088	(28.160)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	11.287	1.975
Programa de Alimentação do Trabalhador	20.824	-
Outros	850	2.731
	(350.163)	(137.575)
Alíquota efetiva	24,82%	27,35%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(56.088)	2.843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(294.075)	(140.418)

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhista	168.553	173.400
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	13.146	12.849
IR/INSS indenização do anuênio	233.284	228.737
JCP na base de cálculo de IR/CS	77.012	81.894
IRPJ/CSLL	42.906	34.231
Outros	62.671	59.175
	429.019	416.886
Outros		
Regulatório	34.144	33.339
Cível	7.842	8.546
Relações de consumo	6.061	4.725
Bloqueio judicial	18.064	20.259
Outros	5.029	5.078
	71.140	71.947
	668.712	662.233

10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	30/06/2024	31/12/2023
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	2.174.203	1.881.509
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	857.807	805.571
	3.032.010	2.687.080
Ativo circulante	484.822	493.934
Ativo não circulante	2.547.188	2.193.146

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	239.579
Realização	(94)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 24)	53.209
Saldo em 30 de junho de 2024	2.174.203

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados são demonstrados a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 30/06/2024	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(683.839)	663.287	(893.087)	87.043	483.397	(343.199)	(266.613)	(76.586)	(273.468)	(69.731)
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.108.220)	423.055	(516.847)	58.329	270.469	(873.214)	(664.529)	(208.685)	(683.127)	(190.087)
Custo da energia de Itaipu	28.839	-	(151.110)	1.601	(78.662)	(199.332)	(150.256)	(49.076)	(154.618)	(44.714)
Proinfa	(19.738)	-	-	-	421	(19.317)	(19.317)	-	(19.317)	-
Transporte rede básica	412.968	174.601	(181.887)	16.040	25.719	447.441	336.312	111.129	346.190	101.251
Transporte de energia Itaipu	67.087	35.914	(20.880)	3.590	42	85.753	67.730	18.023	69.332	16.421
ESS	(62.009)	(5.627)	(19.234)	6.163	261.405	180.698	143.385	37.313	146.702	33.996
CDE	(2.766)	35.344	(3.129)	1.320	4.003	34.772	20.062	14.710	21.370	13.402
Demais ativos financeiros setoriais	1.489.410	558.842	(925.810)	90.893	(12.329)	1.201.006	251.730	949.276	758.290	442.716
Quota parte de energia nuclear	138.284	55.732	(65.209)	7.406	245	136.458	99.489	36.969	102.775	33.683
Neutralidade da parcela A	28.647	76.271	(27.813)	4.296	15.218	96.619	74.907	21.712	76.837	19.782
Neutralidade Estimada sobre créditos GD	357.634	95.871	-	39.049	-	492.554	-	492.554	492.554	-
Sobrecontratação de energia	921.900	311.220	(409.554)	24.633	-	848.199	668.957	179.242	684.889	163.310
Devoluções tarifárias	(87.736)	-	-	-	(6.957)	(94.693)	(78.055)	(16.638)	(80.836)	(13.857)
Outros	130.681	19.748	(423.234)	15.509	(20.835)	(278.131)	(513.568)	235.437	(517.929)	239.798
Total ativos financeiros setoriais	805.571	1.222.129	(1.818.897)	177.936	471.068	857.807	(14.883)	872.690	484.822	372.985
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(787.645)	1.387.721	(116.679)	(483.397)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(684.253)	1.059.842	(105.120)	(270.469)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(85.724)	14.055	(6.993)	78.662	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(18.211)	19.773	(1.141)	(421)	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	25.719	-	(25.719)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	42	-	(42)	-	-	-	-	-
ESS	-	-	266.165	(4.760)	(261.405)	-	-	-	-	-
CDE	-	543	2.125	1.335	(4.003)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(367.473)	383.283	(23.136)	7.326	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(32.227)	49.617	(2.172)	(15.218)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(45.904)	40.676	(1.729)	6.957	-	-	-	-	-
Outros	-	(289.342)	292.990	(19.235)	15.587	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(1.155.118)	1.771.004	(139.815)	(476.071)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais, Líquido	805.571	67.011	(47.893)	38.121	(5.003)	857.807	(14.883)	872.690	484.822	372.985

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

Reajuste tarifário anual

Em 10 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência até 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, sendo 8,63%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,72%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão, que para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 6,70%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	8,63%
Baixa tensão – Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%

Este resultado decorre do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), para a formação da Receita Requerida; da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Na composição do efeito médio, a variação dos custos da Parcela A contribuiu em 0,81%, a atualização da Parcela B foi responsável por 1,27%, refletindo, dentre outros fatores, a variação acumulada do IPCA de 3,69% no período de maio de 2023 a abril de 2024, e os componentes financeiros foram responsáveis pelos 5,24% restantes.

11. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.430.870
Adições	1.830.893
Transferências para o ativo financeiro (Nota 10a)	(239.579)
Transferências para o ativo intangível (Nota 12)	(964.650)
Saldo em 30 de junho de 2024	4.057.534

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2024, no montante de R\$1.830.893, está contemplado o montante de R\$35.260 (R\$24.967 no mesmo período em 2023) a título de capitalização dos encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A natureza das adições em ativo de contrato é apresentada na nota nº 23b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 22.

12. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	28.724.080	(12.401.977)	16.322.103	27.525.998	(11.928.214)	15.597.784
(-) Obrigações especiais (Nota 13)	(5.924.134)	2.131.786	(3.792.348)	(5.690.916)	2.019.803	(3.671.113)
Ativos da concessão líquidos	22.799.946	(10.270.191)	12.529.755	21.835.082	(9.908.411)	11.926.671
Intangível em curso	203.240	-	203.240	172.719	-	172.719
Total do intangível	23.003.186	(10.270.191)	12.732.995	22.007.801	(9.908.411)	12.099.390

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.099.390
Adições	106.771
Baixas	(17.503)
Transferência de ativos de contrato (Nota 11)	964.650
Amortização	(420.313)
Saldo em 30 de junho de 2024	12.732.995

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre de 2024, não houve movimentação a título de encargos financeiros.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,12%, que representa, por atividade:

Distribuição	3,92%	Administração	15,48%
--------------	-------	---------------	--------

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na

utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão. A natureza das adições em intangível é apresentada na nota nº 23b. As adições estão representadas em “Receita de construção de infraestrutura de distribuição” na nota explicativa 22.

13. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, Estados e Municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	30/06/2024	31/12/2023
Participação Financeira do Consumidor (1)	(5.553.619)	(5.283.276)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(681.028)	(637.219)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(353.056)	(356.225)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.290)	(12.156)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(21.887)	(18.513)
(-) Amortização Acumulada	2.131.786	2.019.803
Total	(4.895.797)	(4.693.289)

Alocação	30/06/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(926.516)	(889.790)
Infraestrutura - Intangível em Serviço (Nota 12)	(3.792.348)	(3.671.113)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(176.933)	(132.386)
Total	(4.895.797)	(4.693.289)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (72% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,12%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,92%	15,48%

14. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	148.367	111.280	259.647
Baixa (contratos encerrados)	(1.478)	-	(1.478)
Adição	4.338	-	4.338
Amortização (1)	(4.526)	(15.777)	(20.303)
Remensuração (2)	3.202	12.397	15.599
Saldo em 30 de junho de 2024	149.903	107.900	257.803

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$304 no primeiro semestre de 2024 (R\$275 no mesmo período em 2023); a taxa anual média ponderada de amortização é 6,38% para Imóveis e 30,81% para Veículos.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.529
Adição	4.338
Baixas (contratos encerrados)	(1.717)
Juros incorridos (1)	11.480
Arrendamentos pagos	(27.551)
Juros sobre arrendamentos pagos	(641)
Remensuração (2)	15.599
Saldo em 30 de junho de 2024	288.037
Passivo circulante	54.232
Passivo não circulante	233.805

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$584 no primeiro semestre de 2024 (R\$736 no mesmo período em 2023).

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão apresentadas na nota explicativa 25.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	434.209	288.037
PIS/Pasep e Cofins potencial	27.831	15.594

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2024	28.060
2025	55.985
2026	55.683
2027	45.451
2028	15.919
2029 a 2049	233.111
Valores não descontados	434.209
Juros embutidos	(146.172)
Passivo de arrendamentos	288.037

15. FORNECEDORES

	30/06/2024	31/12/2023
Energia de curto prazo - CCEE	125.921	128.122
Encargos de uso da rede elétrica	260.511	242.661
Energia elétrica comprada para revenda	712.787	746.018
Itaipu binacional	239.569	239.780
Materiais e serviços (1)	608.021	667.868
	1.946.809	2.024.449

(1) Inclui o saldo de R\$3.340 relacionado a operações de risco sacado.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 26 dessas informações contábeis intermediárias.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	87.789	63.813
Cofins	75.555	92.459
PIS/Pasep	16.197	19.989
INSS	33.905	35.021
ISSQN	20.139	18.112
Outros	39.412	39.061
	272.997	268.455
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	-	512.852
ICMS (1)	340.800	340.800
	340.800	853.652
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	123.880	501.159
	464.680	1.354.811
	737.677	1.623.266

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, uma vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, o que também não sofreu qualquer alteração.

Valores a restituir a consumidores

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.354.811
Restituição aos consumidores	(512.852)
Reversão valores a restituir a consumidores	(410.626)
Atualização financeira- Selic	33.347
Saldo em 30 de junho de 2024	464.680

Em maio de 2024, foi registrada uma baixa de R\$410.626, do saldo remanescente do crédito referente a ação judicial, que vinha sendo devolvido a partir das revisões tarifárias, no passivo de “Valores a restituir a consumidores” em contrapartida ao resultado financeiro. Essa baixa decorre da diferença entre a atualização estimada pela Companhia para o passivo em relação aos critérios efetivamente utilizados pela Aneel, que foram conhecidos de forma conclusiva no término da devolução dos valores no último reajuste tarifário, em 28 de maio de 2024. O critério adotado pela Aneel para atualização do passivo considerou procedimento semelhante ao adotado para atualização dos “Demais componentes financeiros”.

17. DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2024						31/12/2023
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	318.368	-	318.368	634.988
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	-	-	-	271.109
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	1.002.173	999.303	2.001.476	1.948.110
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	2.010	500.000	502.010	502.212
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.272	543.318	544.590	530.068
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R\$	1.029.551	1.000.000	2.029.551	2.032.032
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série (1)	2029	CDI + 0,80%	R\$	12.573	400.000	412.573	-
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série (1)	2034	6,15% do IPCA	R\$	27.872	1.621.383	1.649.255	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				(3.375)	(3.643)	(7.018)	(8.692)
(-) Custos de transação				(5.005)	(64.729)	(69.734)	(22.205)
Total				2.385.439	4.995.632	7.381.071	5.887.622

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
 (2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captação de recursos

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$400.000.000,00	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$1.600.000.000,00	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 10ª Emissão - 1ª Série	março de 2024	2029	CDI + 0,80%	400.000
Debêntures - 10ª Emissão - 2ª Série	março de 2024	2034	IPCA + 6,1469%	1.600.000
(-) Custos de transação				(53.698)
Total de captações				1.946.302

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 4,1 anos. A composição das debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	37.805	1.311.880	999.303	-	271.659	1.893.042	4.513.689
CDI (2)	44.134	1.000.000	1.000.000	500.000	200.000	200.000	2.944.134
Total por Indexadores	81.939	2.311.880	1.999.303	500.000	471.659	2.093.042	7.457.823
(-) Custos de transação	(79)	(4.926)	(4.909)	(639)	(9.445)	(49.736)	(69.734)
(-) Desconto	-	(3.375)	(3.375)	-	(134)	(134)	(7.018)
Total geral	81.860	2.303.579	1.991.019	499.361	462.080	2.043.172	7.381.071

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Indexador	Varição acumulada em 30/06/2024 (%)	Varição acumulada em 30/06/2023 (%)
IPCA	2,84	2,84
CDI	5,22	6,44

Indexador	Varição acumulada no período de abril a junho de 2024 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2023 (%)
IPCA	1,05	0,76
CDI	2,53	3,09

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.887.622
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(53.698)
Captações líquidas	1.946.302
Varição monetária	99.169
Encargos financeiros provisionados	270.437
Amortização do custo de transação	6.168
Encargos financeiros pagos	(252.711)
Amortização de principal	(575.916)
Saldo em 30 de junho de 2024	7.381.071

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Encargos de empréstimos e debêntures	270.437	172.884	147.528	92.417
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 11)	(35.260)	(24.967)	(17.989)	(14.406)
Efeito líquido no resultado	235.177	147.917	129.539	78.011

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,26% a.a. em 30 de junho de 2024 (12,17% a.a. em 30 de junho de 2023).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 30 de junho de 2024, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	1.992.668
Aval e fianças	318.298
Fiança	5.070.105
TOTAL	7.381.071

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	Semestral e anual

- (1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2024	31/12/2023
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE (1)	199.967	187.177
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	126.739	126.468
Pesquisa Expansão Sistema Energético (a)	3.263	3.468
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (a)	6.809	7.219
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	50.567	66.818
CDE sobre P&D (2)	2.043	2.166
CDE sobre PEE (2)	4.085	7.785
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.405	2.199
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	446.764	454.186
Passivo circulante	279.469	373.039
Passivo não circulante	167.295	81.147

- (1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
- (2) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (3) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

a) Pesquisa e desenvolvimento e inovação

A Companhia deve destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. A movimentação dos saldos relacionados segue abaixo.

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 30/06/2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (a)	7.219	20.297	(20.707)	-	-	6.809
Pesquisa Expansão Sistema Energético (a)	3.468	10.149	(10.354)	-	-	3.263
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	126.468	14.208	-	(20.099)	6.162	126.739

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/12/2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.735	49.459	(48.975)	-	-	7.219
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.226	24.729	(24.487)	-	-	3.468
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	112.458	27.087	-	(27.307)	14.230	126.468

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.394.720	2.177.881	38.482	3.611.083
Despesa reconhecida no resultado	63.308	97.535	1.719	162.562
Contribuições pagas	(119.945)	(66.315)	(1.278)	(187.538)
Passivo líquido em 30 de junho de 2024	1.338.083	2.209.101	38.923	3.586.107
			30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante			159.970	231.390
Passivo não circulante			3.426.137	3.379.693

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado do primeiro semestre de 2024, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$160.272

(R\$179.283 no mesmo período em 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$2.290 (R\$10.455 no mesmo período em 2023). 2023.

20. PROVISÕES

	31/12/2023	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2024
Trabalhistas	319.378	61.704	-	(45.021)	336.061
Cíveis					
Relações de consumo	42.076	46.591	(7)	(38.498)	50.162
Outras ações cíveis	37.688	11.896	-	(10.898)	38.686
	79.764	58.487	(7)	(49.396)	88.848
Tributárias	1.033.127	21.069	(513.331)	(90)	540.775
Regulatórias	36.600	3.696	-	(2.075)	38.221
Outras	11.314	18.639	(3.818)	(6.733)	19.402
Total	1.480.183	163.595	(517.156)	(103.315)	1.023.307

Há ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, conforme segue:

Perda Possível	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhistas	920.689	1.145.327
Cíveis		
Relações de consumo	584.857	306.055
Outras ações cíveis	518.029	486.699
	1.102.886	792.754
Tributárias	2.051.960	1.373.073
Regulatórias	775.779	684.929
Outras	1.179.812	1.116.568
Total	6.031.127	5.112.651

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para o período findo em 30 de junho de 2024, exceto pelas informações indicadas abaixo, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados.

Perda Provável:

- i) Em maio de 2024, foi publicada a decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, em que a 4ª Vara da Justiça Federal julgou procedente, com resolução de mérito, os embargos à execução fiscal de um dos processos judiciais referentes às contribuições previdenciárias sobre a PLR. Essa decisão determinou o cancelamento da cobrança e a extinguiu a execução fiscal. Devido à materialidade do valor envolvido nesse caso, a Companhia considerou esse evento um importante direcionador para reavaliar a probabilidade de perda de provável para possível os processos judiciais que tinham obtido decisões favoráveis em 1ª instância, levando a uma reversão de R\$513.331, em 30 de junho de 2024. Os demais processos relacionados à contribuição previdenciária sobre a PLR mantiveram o prognóstico de perda provável e, com isso, o respectivo provisionamento.
- ii) As adições trabalhistas estão relacionadas, principalmente, ao andamento processual de ações coletivas trabalhistas, que realizaram revisão dos cálculos periciais, ao ser definida a lista de substituídos.
- iii) A adição nas relações de consumo deve-se, principalmente, ao provisionamento do montante de R\$15.400, referente à acordo entre com a parte contrária, após publicação de decisão desfavorável à Companhia, que decidiu pela restituição de valores pagos.

Perda Possível:

- i) Em maio de 2024, foi ajuizada Ação Civil Pública, proposta em conjunto pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal contra a Companhia e a ANEEL, requerendo, no município de Uberlândia, a adequação do serviço de atendimento ao consumidor de energia elétrica aos padrões estabelecidos pelo sistema jurídico, a inevitabilidade de apagões e oscilações no fornecimento de energia elétrica, a fiscalização presenciais na transmissão e distribuição de energia elétrica e a indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$207.713, em 30 de junho de 2024, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$6.284.312, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	1.382.774	734.969
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,59	0,31

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	1.060.436	365.439
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,45	0,15

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Remuneração do acionista

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$331.887, conforme valores e datas abaixo, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
21/03/2024	161.609	24.241
21/06/2024	170.278	25.542
	331.887	49.783

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$49.783, reconhecidos no resultado do exercício de 2024.

22. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	11.608.627	9.819.628
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	512.852	1.257.507
Receita de uso da rede - consumidores livres	2.439.679	2.113.176
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1)	19.118	(143.809)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 11 e 12)	1.937.664	1.517.409
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 10)	53.209	77.575
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(83.011)	(71.379)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	(3.766)
Outras receitas (b)	1.269.324	995.632
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(5.460.385)	(4.635.579)
	12.297.077	10.926.394

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.881.556	5.097.880
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	190.186	561.518
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.261.441	1.125.668
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1)	(56.556)	(164.650)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 11 e 12)	1.078.688	859.801
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 10)	22.258	46.731
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(37.084)	(32.910)
Outras receitas (b)	709.466	558.157
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(2.723.111)	(2.502.738)
	6.326.844	5.549.457

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 16.

(1) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 10b.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1) (2)		R\$	
	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Residencial	6.400.845	5.929.031	6.193.218	4.926.451
Industrial	553.715	675.111	561.278	558.692
Comércio, serviços e outros	2.113.381	2.214.819	2.601.018	2.442.510
Rural	1.352.859	1.313.432	1.121.995	926.308
Poder público	512.667	463.203	455.341	351.417
Iluminação pública	491.998	537.353	262.915	243.342
Serviço público	412.431	524.511	359.976	332.227
Subtotal	11.837.896	11.657.460	11.555.741	9.780.947
Consumo próprio	15.898	14.915	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	43.950	76.716
Fornecimento não faturado líquido	-	-	8.936	(38.035)
Total	11.853.794	11.672.375	11.608.627	9.819.628

	MWh (1) (2)		R\$	
	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Residencial	3.150.675	2.944.206	3.066.721	2.531.658
Industrial	278.451	340.970	281.218	291.568
Comércio, serviços e outros	1.037.239	1.101.140	1.282.551	1.255.870
Rural	752.773	796.071	593.953	536.103
Poder público	260.126	239.549	232.056	186.873
Iluminação pública	243.995	267.837	131.933	126.351
Serviço público	192.990	252.158	174.633	167.976
Subtotal	5.916.249	5.941.931	5.763.065	5.096.399
Consumo próprio	7.710	7.370	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	26.347	36.249
Fornecimento não faturado líquido	-	-	92.144	(34.768)
Total	5.923.959	5.949.301	5.881.556	5.097.880

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) O volume informado não inclui o mercado de geração distribuída, que correspondeu a 2.477.088 MWh no período de janeiro a junho de 2024 (1.727.774 MWh no mesmo período de 2023) e 1.235.046 MWh no segundo trimestre de 2024 (910.491 MWh no segundo trimestre de 2023).

b) Outras receitas

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Serviço taxado	8.961	10.120
Outras prestações de serviços	15.697	11.544
Subvenções Baixa Renda	218.617	187.323
Subsídio SCEE (1)	44.698	-
Subsídio de bandeiras tarifárias	37.871	36.874
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	589.751	471.509
Outras subvenções (2)	104.268	83.123
Aluguel e arrendamento	246.754	190.341
Outras	2.707	4.798
	1.269.324	995.632

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Serviço taxado	4.335	5.003
Outras prestações de serviços	6.359	6.728
Subvenções Baixa Renda	109.635	100.102
Subsídio SCEE (1)	(3.546)	-
Subsídio de bandeiras tarifárias	19.595	19.351
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	333.621	245.942
Outras subvenções (2)	104.270	83.131
Aluguel e arrendamento	133.955	93.411
Outras	1.242	4.489
	709.466	558.157

- (1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.
 (2) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.

c) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.225.954	1.623.688
PIS/Pasep	214.783	196.230
Cofins	989.303	903.845
ISSQN	746	582
	3.430.786	2.724.345
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	38.565	17.514
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.914.504	1.806.256
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.208	19.357
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	20.297	27.653
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	10.149	13.826
CDE sobre P&D	6.089	8.296
CDE sobre PEE	12.178	5.531
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	13.609	12.801
	2.029.599	1.911.234
	5.460.385	4.635.579

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.116.125	981.062
PIS/Pasep	108.332	97.673
Cofins	498.981	449.886
ISSQN	316	342
	1.723.754	1.528.963
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	19.512	8.706
Conta de desenvolvimento energético - CDE	941.001	921.456
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.188	9.622
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	10.269	13.746
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	5.135	6.872
CDE sobre P&D	3.081	4.124
CDE sobre PEE	6.161	2.750
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	7.010	6.499
	999.357	973.775
	2.723.111	2.502.738

23. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	572.982	572.886
Contratos por cotas de garantia física	443.099	477.514
Cotas das usinas de Angra I e II	188.792	179.835
Energia de curto prazo - CCEE	169.105	171.449
Contratos bilaterais	250.248	252.724
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	2.072.625	1.946.719
PROINFA	229.194	255.789
Geração distribuída	1.361.737	1.110.402
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(343.658)	(337.472)
	4.944.124	4.629.846
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	117.872	84.695
Encargos Transmissão - Rede Básica	1.344.958	1.085.155
Encargos de Conexão	78.224	61.322
Encargos Distribuição	4.413	3.755
Energia CCEE-ESS	43.091	8.767
Energia CCEE-EER	312.585	367.412
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(175.856)	(149.027)
	1.725.287	1.462.079
	6.669.411	6.091.925

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	304.286	310.711
Contratos por cotas de garantia física	218.530	238.435
Cotas das usinas de Angra I e II	94.393	89.918
Energia de curto prazo - CCEE	121.879	99.298
Contratos bilaterais	122.958	127.295
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.045.713	995.113
PROINFA	116.081	127.895
Geração distribuída	697.973	491.670
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(177.062)	(174.303)
	2.544.751	2.306.032
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	61.022	43.886
Encargos Transmissão - Rede Básica	662.901	545.733
Encargos de Conexão	40.836	31.177
Encargos Distribuição	2.218	1.751
Energia CCEE-ESS	8.123	6.263
Energia CCEE-EER	161.456	178.481
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(86.632)	(74.674)
	849.924	732.617
	3.394.675	3.038.649

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Pessoal	82.286	61.936
Materiais	915.608	834.143
Serviços de terceiros	842.812	569.851
Encargos financeiros	35.260	24.967
Arrendamentos e aluguéis	2.841	2.647
Impostos e taxas	1.075	646
Aquisição de serviço	50.887	14.758
Outros	6.895	8.461
	1.937.664	1.517.409

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Pessoal	40.239	36.852
Materiais	505.459	470.939
Serviços de terceiros	475.309	322.105
Encargos financeiros	17.989	14.406
Arrendamentos e aluguéis	1.712	1.649
Impostos e taxas	338	514
Aquisição de servidão	32.899	12.019
Outros	4.743	1.317
	1.078.688	859.801

O aumento do custo de construção deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição.

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Pessoal	372.772	322.784	-	-	120.544	118.953	-	-	493.316	441.737
Participação de empregados e administradores no resultado	245	147	-	-	-	-	54.015	49.981	54.260	50.128
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	160.272	179.283	160.272	179.283
Materiais	42.916	38.520	-	-	6.176	11.841	-	-	49.092	50.361
Serviços de terceiros (C.1)	780.391	699.817	-	-	89.992	78.631	-	-	870.383	778.448
Amortização (Nota 12b)	410.213	367.265	-	-	10.100	6.822	-	-	420.313	374.087
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	19.999	17.027	-	-	-	-	-	-	19.999	17.027
Provisões	(353.561)	133.013	-	-	-	-	-	-	(353.561)	133.013
Perdas de créditos esperadas (1)	-	-	145.455	29.415	-	-	20.593	9.974	166.048	39.389
Outras despesas (C.2)	8.690	9.565	-	-	32.977	27.915	132.781	143.810	174.448	181.290
	1.281.665	1.588.138	145.455	29.415	259.789	244.162	367.661	383.048	2.054.570	2.244.763

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Pessoal	212.067	153.127	-	-	71.095	63.945	-	-	283.162	217.072
Participação de empregados e administradores no resultado	-	147	-	-	-	-	29.142	25.367	29.142	25.514
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	64.219	106.017	64.219	106.017
Materiais	22.675	17.621	-	-	3.637	7.405	-	-	26.312	25.026
Serviços de terceiros (C.1)	376.291	339.067	-	-	48.502	38.145	-	-	424.793	377.212
Amortização (Nota 12b)	208.382	183.762	-	-	5.272	3.680	-	-	213.654	187.442
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	10.459	9.432	-	-	-	-	-	-	10.459	9.432
Provisões	(459.529)	77.111	-	-	-	-	-	-	(459.529)	77.111
Perdas de créditos esperadas (1)	-	-	72.477	21.334	-	-	8.146	7.304	80.623	28.638
Outras despesas (C.2)	4.192	2.274	-	-	17.300	13.999	54.013	89.821	75.505	106.094
	374.537	782.541	72.477	21.334	145.806	127.174	155.520	228.509	748.340	1.159.558

(1) Variação decorrente da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes. Essa alteração foi sentida ao longo de 12 meses impactando o primeiro semestre de 2023.

C.1) Serviços de terceiros

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Leitura de medidores e entrega de contas	80.564	79.520
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	359.256	306.853
Comunicação	87.321	83.477
Conservação e limpeza de prédios	31.432	27.606
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	63.234	46.522
Corte e religação	32.584	38.541
Podas de árvores	36.888	24.701
Serviços advocatícios e custas processuais	14.022	11.734
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	2.158	2.658
Serviços de tecnologia da informação	72.635	66.886
Mão de obra contratada	17.393	12.761
Hospedagem e alimentação	9.343	6.548
Vigilância	6.402	5.862
Reprografia e publicações legais	8.408	7.225
Inspeção de unidades consumidoras	21.674	27.369
Outros	27.069	30.185
	870.383	778.448

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Leitura de medidores e entrega de contas	40.373	40.526
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	166.223	144.956
Comunicação	43.319	40.158
Conservação e limpeza de prédios	15.340	12.563
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	33.620	24.606
Corte e religação	15.422	19.737
Podas de árvores	20.718	12.686
Serviços advocatícios e custas processuais	8.956	7.169
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.082	978
Serviços de tecnologia da informação	27.758	27.707
Mão de obra contratada	8.781	7.528
Hospedagem e alimentação	5.014	3.378
Vigilância	3.273	2.716
Reprografia e publicações legais	4.012	3.946
Inspeção de unidades consumidoras	12.666	12.255
Outros	18.236	16.303
	424.793	377.212

C.2) Outros custos e despesas, líquidas

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Propaganda e publicidade	4.968	2.503
Consumo próprio de energia elétrica	14.142	9.828
Subvenções e doações	10.452	5.031
Anuidade CCEE	1.926	1.831
Seguros	1.362	4.600
Forluz - custeio administrativo	14.710	14.220
Resultado na desativação e alienação de bens (1)	70.714	59.655
Agentes arrecadadores	29.309	37.746
Impostos e taxas	4.807	4.780
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	-	(15.690)
Multa Aneel	3.003	-
Outras despesas, líquidas	19.055	56.786
	174.448	181.290

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
Propaganda e publicidade	3.510	2.017
Consumo próprio de energia elétrica	7.338	5.901
Subvenções e doações	6.492	(820)
Anuidade CCEE	972	1.007
Seguros	(221)	2.305
Forluz - custeio administrativo	7.319	7.382
Resultado na desativação e alienação de bens (1)	28.058	32.566
Agentes arrecadadores	14.580	19.612
Impostos e taxas	754	1.007
Perda por redução ao valor recuperável	-	(107)
Multa Aneel	-	(3.436)
Outras despesas, líquidas	6.703	38.660
	75.505	106.094

(1) De acordo com a atual política de investimentos da Companhia, a desativação e alienação de bens tem aumentado devido à substituição de equipamentos.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em maio de 2024, a Companhia aprovou o PDVP 2024, sendo o período de adesão dos empregados de 27 de maio a 21 de junho de 2024, sendo depois reaberto no período de 26 de junho a 28 de junho de 2024, com adesão de 357 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional, a título de indenização.

Os custos para o programa totalizaram R\$56.468 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	46.392	31.463
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(16.289)	(16.301)
Acréscimos moratórios de contas de energia	143.658	137.246
Variações cambiais de Itaipu	-	13.111
Variações monetárias	15.277	7.362
Variação monetária depósitos judiciais	20.923	20.843
Variação monetária - CVA (Nota 10b)	-	92.078
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	380.883	-
Atualização crédito IRPJ sobre PAT (Nota 8a)	32.643	-
Outras	44.122	27.963
	667.609	313.765
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(235.177)	(147.917)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(6.168)	(2.008)
Encargos de variação monetária - Forluz	(2.290)	(10.455)
Variações cambiais de Itaipu	(10.906)	-
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(99.169)	(85.018)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	-	(68.181)
Variação monetária - CVA (Nota 10b)	(928)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(13.380)	(19.300)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(10.896)	(13.103)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida (2)	(37.970)	-
Outras variações monetárias	(10.052)	(9.402)
Outras	(43.995)	(39.164)
	(470.931)	(394.548)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	196.678	(80.783)

	Abr a Jun/2024	Abr a Jun/2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	30.456	20.776
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(9.573)	(10.255)
Acréscimos moratórios de contas de energia	70.754	75.597
Variações cambiais de Itaipu	-	11.222
Variações monetárias	2.003	2.923
Variação monetária depósitos judiciais	9.717	12.355
Variação monetária - CVA (Nota 10b)	-	65.468
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	401.473	-
Atualização crédito IRPJ sobre PAT (Nota 8a)	32.643	-
Outras	29.323	11.441
	566.796	189.527
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(129.539)	(78.011)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(3.491)	(1.136)
Encargos de variação monetária - Forluz	(520)	(4.475)
Variações cambiais de Itaipu	(8.561)	-
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(49.310)	(19.590)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	-	(32.445)
Variação monetária - CVA (Nota 10b)	(2.721)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(6.541)	(9.412)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(4.396)	(6.711)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida (2)	(37.970)	-
Outras variações monetárias	(4.449)	(6.567)
Outras	(13.840)	(19.615)
	(261.338)	(177.962)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	305.458	11.565

- (1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores superou o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nos períodos comparativos. Com o ajuste do passivo, em maio de 2024, de R\$410.626 a Companhia passou a ter uma receita financeira líquida. Para mais detalhes, consultar a Nota explicativa 16.
- (2) Atualização estimada dos créditos de geração distribuída a serem compensados pelos consumidores, pelo efeito do reajuste tarifário, líquida da parcela correspondente à receita financeira da neutralidade estimada sobre os créditos de geração distribuída, no montante de R\$39.049 (Nota 10.b)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Operações com energia elétrica								
Cemig Geração e Transmissão	155	3.417	10.217	8.862	856	1.301	(29.132)	(42.693)
Aliança Geração	4.063	3.446	11.380	11.591	21.018	24.102	(64.168)	(63.043)
Norte Energia	-	-	31.745	30.975	-	-	(140.456)	(134.538)
Taesá	-	-	-	-	-	-	(271)	(254)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	1.463	-	14.745	12.407	-	-	(57.994)	(48.933)
Sete Lagoas	-	-	295	295	-	-	(1.329)	(1.269)
Taesá	-	-	11.373	11.005	-	-	(70.975)	(63.508)
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	1.291	-	21.723	22.021	16.590	14.411	(132.443)	(121.185)
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(2.586)	(2.391)

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	40.730	45.292	-	-	113.201	87.050	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	7.119	18.756	22.833	-	-	(28.031)	(20.121)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	203	203	-	-	-	(134)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(10.925)	(15.194)

Referem-se aos contratos de mútuo firmados, em 10 de janeiro de 2024, 25 de janeiro de 2024 e 09 de fevereiro de 2024, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000 e R\$ 200.000 e R\$ 400.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 15 de março de 2024 (o primeiro mútuo) e 18 de março de

2024 (os dois últimos), acrescidos de juros nos montantes de R\$ 3.195, R\$ 3.276 e R\$ 4.454, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora os mútuos obtiveram anuência da Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Processos judiciais								
Companhia Energética de Minas Gerais	11.892	-	-	-	-	-	-	-

Refere-se a acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e as empresas signatárias a seguir: a Alpargatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21/12/2012 o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no estado de Minas Gerais e contratou a Companhia Energética de Minas Gerais para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig Distribuição em benefício da Alpargatas e da Guanhães sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos da Cemig Distribuição, executora das obras, e da Guanhães Energia. A Cemig Distribuição desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alpargatas e a Guanhães desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14/06/2024 foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32 milhões à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 mil com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig Distribuição (mediante procuração emitida pela Alpargatas em benefício da Cemig Distribuição).

Os termos financeiros contratuais da conciliação estão detalhados a seguir:

A 1ª parcela será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo que este valor permanecerá sem reajuste até a 12ª parcela.

A partir da 13ª parcela até a 36ª parcela, o valor pago em junho de 2024 será reajustado mensalmente pelo IPCA.

Todas as parcelas têm vencimento até o último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho de 2024.

Resumo da operação:

Cemig D (Alpargatas): R\$11.892

Guanhães: R\$20.203

Cemig: R\$337

Valor total: R\$32.432

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.781.628	1.497.494			-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$1.781.628. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 22.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	16.127	649	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	102.629	1.424	-	-	1.498	3.420	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.915	-	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	12.965	18.686	-	-	(10.460)	(12.304)
Não circulante								
Arrendamento operacional	134.843	134.742	145.536	131.252	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024 a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência

até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Benefícios pós-emprego								
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	26.587	91.198	-	-	(63.308)	(81.562)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(28.179)	(26.482)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(14.710)	(14.220)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	1.311.496	1.303.522	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	154.175	160.985	-	-	(99.254)	(142.166)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.093.850	2.055.379	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2024	Jan a Jun/2023
Remuneração	7.296	5.883
Participação nos resultados (reversão)	17	(55)
Previdência privada	1.019	749
Planos de saúde e odontológico	45	39
Seguro de vida	6	8
Total (1)	8.383	6.624

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	30/06/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		6.229	6.229	1.356	1.356
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)		3.947.030	3.947.030	3.958.243	3.958.243
Fundos vinculados		14.361	14.361	11.532	11.532
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		857.807	857.807	805.571	805.571
Reembolso de subsídios tarifários		202.646	202.646	187.066	187.066
		5.028.073	5.028.073	4.963.768	4.963.768
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	483.759	483.759	264.606	264.606
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	12.560	12.560	136	136
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	49.919	49.919	396	396
Letras financeiras - bancos	2	39.782	39.782	878	878
Debêntures	2	368	368	15	15
		102.629	102.629	1.425	1.425
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	2.174.203	2.174.203	1.881.509	1.881.509
		2.760.591	2.760.591	2.147.540	2.147.540
		7.788.664	7.788.664	7.111.308	7.111.308
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (2)		(7.381.071)	(7.258.597)	(5.887.622)	(5.887.622)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		-	-	(65.417)	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(364.119)	(343.930)	(377.390)	(377.390)
Fornecedores		(1.946.809)	(1.946.809)	(2.024.449)	(2.024.449)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(288.037)	(288.037)	(286.529)	(286.529)
		(9.980.036)	(9.837.373)	(8.641.407)	(8.641.407)

- (1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo exceto para Debêntures e Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) em 30 de junho de 2024.
- (2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados apresentados na nota explicativa nº 19.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo essa classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

As informações sobre a metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2024		31/12/2023	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(43.096)	(239.569)	(49.528)	(239.780)
Passivo líquido exposto		(239.569)		(239.780)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 30 de junho de 2025 será uma desvalorização de 9,15% (R\$5,05). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	30/06/2024	30/06/2025	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,05	Cenário adverso Dólar R\$5,99
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(239.569)	(217.637)	(258.019)
Passivo líquido exposto	(239.569)	(217.637)	(258.019)
Efeito líquido da variação cambial		21.932	(18.450)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2024. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/06/2024	31/12/2023
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota4)	483.759	264.606
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	108.858	2.781
Fundos Vinculados	14.361	11.532
CVA e outros componentes financeiros (Nota 10b)	857.807	805.571
	1.464.785	1.084.490
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 17)	(2.944.134)	(2.805.353)
	(2.944.134)	(2.805.353)
Passivo líquido exposto	(1.479.349)	(1.720.863)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2025, a taxa Selic será de 10,5%. A Companhia

fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Aumento nas taxas de juros nacionais	30/06/2024	30/06/2025	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 10,5%	Cenário adverso Selic 12,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota4)	483.759	534.554	543.019
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	108.858	120.288	122.193
Fundos Vinculados	14.361	15.869	16.120
CVA e outros componentes financeiros (Nota 10b)	857.807	947.877	962.888
	1.464.785	1.618.588	1.644.220
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 17)	(2.944.134)	(3.253.268)	(3.304.790)
	(2.944.134)	(3.253.268)	(3.304.790)
Passivo líquido exposto	(1.479.349)	(1.634.680)	(1.660.570)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(155.331)	(181.221)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2024, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2024	31/12/2023
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 10a)	2.174.203	1.881.509
	2.174.203	1.881.509
Passivos		
Debêntures - IPCA (Nota 17)	(4.513.689)	(3.113.166)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	-	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(364.119)	(377.390)
Passivo de arrendamentos	(288.037)	(286.529)
	(5.165.845)	(3.842.502)
Passivo líquido exposto	(2.991.642)	(1.960.993)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,30% em 30 de junho de 2025, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	30/06/2024	30/06/2025	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,30%	Cenário adverso IPCA 7,49%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 10a)	2.174.203	2.267.694	2.336.959
	2.174.203	2.267.694	2.336.959
Passivos			
Debêntures - IPCA (Nota 17)	(4.513.689)	(4.707.778)	(4.851.573)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(364.119)	(379.776)	(391.376)
Passivo de arrendamentos	(288.037)	(300.423)	(309.599)
	(5.165.845)	(5.387.977)	(5.552.548)
Passivo líquido exposto	(2.991.642)	(3.120.283)	(3.215.589)
Efeito líquido da variação do IPCA		(128.641)	(223.947)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Debêntures	-	-	-	59.384	2.354.858	507.705	3.601.937	1.005.841	2.177.148	497.617	10.204.490
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.243	1.803	6.547	3.566	30.784	15.504	206.146	62.510	178.577	15.375	524.055
	3.243	1.803	6.547	62.950	2.385.642	523.209	3.808.083	1.068.351	2.355.725	512.992	10.728.545
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.768.895	-	177.914	-	-	-	-	-	-	-	1.946.809
	1.772.138	1.803	184.461	62.950	2.385.642	523.209	3.808.083	1.068.351	2.355.725	512.992	12.675.354

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 14.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 17 destas informações contábeis intermediárias.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Total do passivo	19.264.716	18.699.341
Caixa e equivalentes de caixa	(610.450)	(447.967)
Títulos e valores mobiliários	(102.944)	(2.781)
Passivo líquido	18.551.322	18.248.593
Total do patrimônio líquido	9.934.112	8.883.225
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,87	2,05

27. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.

Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Cíveis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig, tendo sido homologadas pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais. Por outro lado, encontra-se pendente a conclusão da investigação em relação ao contrato de IBM pela Polícia Civil-MG.

Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, são realizadas auditorias regulares pela Companhia, não tendo sido identificados impactos nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2024 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações e Vice-Presidente de
Geração e Transmissão (interino)

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-SP-242.451/O-4 T-MG



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à



elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 6 de agosto de 2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Informações Contábeis Intermediárias.

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações e vice-presidente de Geração e Transmissão (interino)

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 6 de agosto de 2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a junho de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações e vice-presidente de Geração e Transmissão (interino)

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico